

ATA Nº 3/2016
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No sexto dia do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o seu Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Órgão), a Professora Doutora Sílvia Alves, o Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício, a Dra. Ana Fouto, o Professor Doutor José Luís Ramos, o Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva, a Professora Doutora Isabel Vieira Borges, a Dra. Heloísa Oliveira e o Dr. Tiago Fidalgo de Freitas; enquanto membros discentes; os estudantes Amadú Dafé, André Oliveira Carrilho, Artur de Bragança Teixeira, Diogo Fernandes e Sara Aguiar; e enquanto membro não docente a Sra. D. Helena Faria; estiveram ainda presentes, sem direito de voto, o Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, Professor Doutor Pedro Romano Martinez, os Subdiretores, Professora Doutora Paula Vaz Freire e o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno e o Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Ricardo Stoffel.

A ordem de trabalhos consistia nos seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação das Atas das sessões anteriores;
2. Período de Antes da Ordem do Dia;
3. Homologação da distribuição de serviço docente do 2.º semestre;
4. Relatório do Inquérito da Reitoria;
5. Gestão de recursos humanos não docentes;
6. Bolsas de investigação;
7. Publicitação dos despachos do Diretor;
8. Conta de gerência;
9. Futurália;
10. Taxas e propinas;
11. Provedor do estudante;
12. Outros Assuntos

O Professor Doutor Vasco Pereira de Silva tomou a palavra, começando por saudar e desejar as maiores felicidades ao recém-eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Ricardo Stoffel, para o seu mandato. Saudou ainda o Presidente cessante José Miguel Vitorino pela sua presença na reunião, felicitou-o pelo seu mandato num tempo difícil para a Faculdade e agradeceu todo o trabalho desempenhado. O Professor propôs um voto de louvor à atuação do José Miguel Vitorino enquanto Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa e a toda a Direção da mesma, que foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Ricardo Stoffel, agradeceu o voto de louvor endereçado à Direção transata, da qual fez parte. Prometeu que irá fazer de tudo para desempenhar um bom trabalho enquanto Presidente.

1. Leitura e aprovação das Atas das sessões anteriores

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva falou sobre as atas que deveriam ser aprovadas depois de realizadas as devidas correções. Colocou assim para aprovação as atas das duas últimas reuniões.

A Dra. Heloísa Oliveira solicitou que a declaração de voto que realizou ficasse anexa à ata.

A Dra. Ana Fouto solicitou uma correção da penúltima ata.

Depois de tomadas todas as considerações, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva pôs a votação a penúltima ata, da reunião de 15 de janeiro de 2016, e a mesma foi aprovada por unanimidade.

Logo de seguida, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva pôs à consideração a ata da última reunião, de 24 de fevereiro de 2016 para eventuais correções.

A Professora Doutora Sílvia Alves propôs uma pequena alteração em uma das suas declarações.

Colocada a ata a votação, foi esta aprovada por unanimidade.

2. Período de Antes da Ordem do Dia

O conselheiro André Carrilho entregou a lista dos suplentes discentes para o Conselho Académico.



O conselheiro Artur Teixeira saudou todos os presentes na reunião. Propôs um voto de louvor aos estudantes que estiveram presentes no *Phillip C. Jessup Internacional Law Moot Court*, uma competição a nível internacional de simulação de julgamentos, tendo obtido resultados históricos para a Faculdade de Direito de Lisboa.

O Dr. Tiago Fidalgo de Freitas tomou a palavra, reforçando as posições que a Faculdade de Direito ocupou na competição, sendo que a equipa da Faculdade obteve a melhor classificação portuguesa de sempre, tendo ficado em 14º lugar de 100 equipas. Disse também que o voto de louvor deveria ser endereçado sobretudo aos alunos e ao seu treinador, o Professor Doutor Rui Lanceiro.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva concordou e estendeu o louvor a todos os docentes envolvidos.

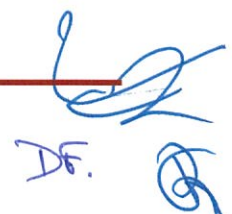
A Subdiretora felicitou todos os estudantes presentes na competição, afirmando que a Direção da Faculdade se associa ao voto de louvor, solicitando ao Dr. Tiago Fidalgo de Freitas que elaborasse uma pequena nota para que o evento fosse noticiado no *site* da Faculdade.

O conselheiro Amadú Dafé saudou todos os presentes e, falando em nome dos estudantes e colaboradores com bolsa de mérito social, solicitou um pedido de esclarecimento à Direção quanto à Ordem Interna relativa à questão da substituição e trocas entre colaboradores nos seus horários de trabalho, assim como o levantamento dessa burocracia.

A Subdiretora tomou a palavra e afirmou que as diversas e frequentes trocas para compensação, estavam a dificultar a contabilização do total de horas feitas no fim do mês, mas que a Senhora Diretora Executiva seria a pessoa mais adequada para esclarecer a questão.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva reiterou a preocupação dos estudantes colaboradores do Departamento de Erasmus.

A Dra. Heloísa Oliveira demonstrou preocupação quanto à falta de publicitação das atas dos diversos órgãos no *site* da Faculdade. Reiterou algumas das perguntas da última reunião, a pretensão de ocupação das salas do terceiro piso por Centros de Investigação e por um funcionário. A Dra. Heloísa Oliveira fez uma declaração de desagrado quanto às mudanças realizadas.



O Subdiretor demonstrou surpresa quanto ao desagrado da Dra. Heloísa Oliveira, afirmando que não se trata da competência do Conselho de Escola mas sim do Diretor e do Conselho Académico. Demonstrou ainda satisfação, por parte da Direção, pelo facto de as salas do terceiro piso estarem ocupadas com serviços importantes para a Faculdade, nomeadamente com os Institutos de Direito Público e Direito Privado.

O Professor Doutor José Luís Ramos referiu que toda esta situação demonstra que não há falta de transparência desta Direção. A realoização dos serviços é temporária, até se encontrarem soluções melhores.

Neste momento, tomaram parte da reunião o Senhor Diretor e a Senhora Diretora Executiva, tendo sido saudados pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva pela sua presença, pelo que se retomou o assunto da ordem interna relativa aos colaboradores com bolsa de mérito social.

O conselheiro Amadú Dafé tomou palavra para pedir esclarecimento e ponderação quanto à questão das trocas de serviço entre os colaboradores à Diretora Executiva.

A Diretora Executiva respondeu tratar-se de uma ordem interna, de acordo com a lei, a qual pretende que não se ultrapassem as 4 horas diárias de colaboração; a razão de ser está na lei, que consagra que o Diretor tem de dar autorização, bem como o parecer do respetivo Coordenador, para se realizarem tais substituições.

O conselheiro Amadú Dafé questionou quando se tratem de compensações realizadas devido a exame ou em caso de doença, casos mais urgentes ou de última hora, para os quais se torna difícil proceder à troca com a devida antecedência, tendo que pedir a autorização ao Diretor.

A Diretora Executiva esclareceu que se trata de uma postura de garantia de legalidade: os bolseiros não devem acumular tantas horas de colaboração, pois a sua atividade não deve prejudicar o seu percurso académico.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva afirmou não se tratar de uma contestação por parte dos colaboradores mas sim de aferição de um mecanismo de facilitação, sugerindo uma reunião da Diretora Executiva com os alunos bolseiros para encontrar um regime mais flexível.

A este respeito, o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho tomou palavra, afirmando que o Conselho de Escola será disfuncional se o mesmo tratar de todos os problemas da Faculdade no período antes da ordem do dia, visto existirem outros problemas centrais para discutir, sendo assuntos que não são da competência do Órgão e que podem ser

levados aos órgãos competentes onde os alunos também estão representados, tendo obtido a concordância do Presidente nesta questão.

3. Homologação da distribuição de serviço docente do 2º semestre

Sobre este ponto a Dra. Heloísa Oliveira demonstrou preocupação com as cargas horárias dos docentes, principalmente os docentes convidados.

O Diretor saudou todos os presentes e felicitou ainda os novos membros recém-eleitos da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Quanto à distribuição de serviço docente e às cargas horárias dos docentes, as mesmas foram alvo de grande cuidado na sua análise. Foi dado a conhecer que existem poucos docentes que têm carga horária que excede o limite que foi assente, situação que foi aceite pelos próprios. Informou ainda que alguns docentes estão a dar aulas *pro bono*, como é o caso da Senhora Diretora Executiva.

A Dra. Heloísa Oliveira louvou o esforço da Direção para que não houvesse excesso de carga horária, no entanto, manifestou o seu desagrado sendo que os fundamentos para esse facto continuam a ser os mesmos: o Grupo de Ciências-Jurídicas tem poucos docentes.

O Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva afirmou que o número de docentes que têm horas a mais de leção é um número mais ou menos igual ao da anterior Direção, pelo que não se trata de um retrocesso, mas sim um avanço.

O Diretor tomou palavra e deu a conhecer que falou diretamente com o Reitor da Universidade sobre a questão de contratação de funcionários e docentes e ficou assente que, dentro de pouco tempo, assim que se entregassem as contas de 2015, que seriam submetidas ao Conselho de Escola antes do seu envio ao Tribunal de Contas, se poderia avançar para a abertura de concurso para contratação de funcionários e docentes.

A este respeito o Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva tomou palavra e felicitou a Direção pela transparência no envio das contas a este Órgão.

4. Relatório do Inquérito da Reitoria

O Professor Doutor José Luís Ramos tomou a palavra e afirmou que pediu a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, por considerar que o Conselho de Escola deveria tomar conhecimento do relatório do Inquérito da Reitoria, pois a anterior Direção não revelou o mesmo ao Conselho de Escola. O relatório foi realizado a pedido de uma

entidade sindical, externa, e não pela Direção de então. Acrescentou que, tendo tido conhecimento de que o inquérito estava a correr, tinha interesse em depor no mesmo, o que fez e, como tal, queria ter conhecimento do resultado do mesmo. O Professor lamenta o facto de só ter sido disponibilizado ao Conselho de Escola a parte conclusiva do relatório do inquérito e não o relatório em si. O Professor demonstrou o seu choque e surpresa quando se deparou com os resultados do relatório, que evidenciava o clima vivido pelo pessoal não docente na Divisão Académica. Os factos descritos no relatório são reflexo da gravidade da situação e do clima de tensão que estava instalado na Divisão Académica. Informou que sabia que a situação não estava bem, mas não sabia que estava tão má. Citou o depoimento da Dra. Heloísa Oliveira, que considera não abonatório para a Faculdade. Referiu que se tratam de situações graves relatadas em diversas páginas das conclusões. Citou o próprio inquiridor, considerando que é uma aterrorizadora viagem ao passado e um aviso para o futuro. Questionou a Direção se iriam haver consequências mediante o exposto no relatório. Referiu ainda que estes atos deveriam envergonhar a anterior Direção e apelou para que as mesmas situações não voltassem a acontecer no futuro. O Professor elogiou o ato de coragem dos funcionários não docentes, ao terem ido prestar depoimento, sabendo que o seu nome iria ser revelado no relatório.

A Professora Doutora Sílvia Alves afirmou que o ambiente descrito no relatório não pode voltar ao que era. Demonstrou o seu apreço pela coragem dos funcionários em combater esta situação, dando-lhes os parabéns pela atitude. A Professora realçou a sua solidariedade para com os funcionários e disse que deveria ser dado todo o conforto físico e psicológico aos mesmos para o melhor desempenho das suas tarefas na Faculdade. Realçou a sua estupefação quanto à realidade que era vivida pelos funcionários da Faculdade de Direito.

A Dra. Heloísa Oliveira retorquiu que o anterior Diretor solicitou o inquérito a uma entidade exterior e que, tendo em conta os factos descritos quando recebeu o relatório, foi instaurado um processo disciplinar.

A D. Helena Faria tomou palavra e agradeceu as palavras de solidariedade dos Professores. Afirmou que os funcionários não estão contra as mudanças, apenas queriam ser tratados com respeito e não foram. Quanto às mudanças feitas pela atual Direção, os funcionários não estão contra elas, pois são feitas de acordo com as suas necessidades. Aguardam pelas conclusões do processo disciplinar, de forma a perceber se serão

DF. 


aplicadas as devidas consequências.

O Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva afirmou não ter tido qualquer surpresa com o relatório do inquérito, pois no mandato da anterior Direção chegou a haver ameaças de processos disciplinares por parte do Diretor a alguns Professores. Afirmou ainda haver falta de humildade por parte de alguns membros da anterior Direção.

A D. Helena Faria venceu a coragem dos funcionários ao avançar com a queixa para a Reitoria, sabendo que os seus nomes iriam ser revelados e explicitou que o que está no inquérito não foi nada inventado, são descritos factos vividos na realidade.

O Professor Doutor José Luís Ramos informou que recebeu um telefonema por parte do anterior Diretor a ameaçar com um processo disciplinar. Afirmou que o relatório era um espelho de medo e terror vivido pelos funcionários da Faculdade. O Professor felicitou os funcionários pelo trabalho digno ao denunciar a situação em que se encontravam. Referiu ainda que do relatório saiu um processo disciplinar contra uma pessoa, mas outras deveriam também ser responsabilizadas, chamando a atenção para a necessidade de apurar os resultados do procedimento disciplinar instaurado, devido ao longo decurso do tempo. Encorajou ainda os funcionários a manterem a mesma postura na dignificação da Faculdade de Direito de Lisboa. Reiterou novamente a gravidade da situação pelas centenas de páginas do relatório a descrever todos os factos. O Professor Doutor José Luís Ramos agradeceu ainda ao Presidente do Órgão por ter agendado este ponto na ordem de trabalhos.

O Diretor afirmou que o inquérito realizado na Reitoria tem um âmbito mais alargado; o instrutor já deduziu a acusação quanto ao processo disciplinar e, a breve trecho haverá uma decisão.

A Professora Doutora Sílvia Alves deu conta de que percebe as preocupações dos funcionários e necessidade de conforto e paz no seu trabalho.

O Subdiretor afirmou perceber a situação mais vulnerável que os funcionários viviam e que o mesmo não deve voltar a acontecer. O Professor informou ainda que, como membro do anterior Conselho de Escola, também sentiu as ameaças e intimidações. Considera, no entanto, que este clima continua, quando o Conselho Pedagógico aprova um regulamento de queixas pedagógicas anónimas contra os docentes da Faculdade. Reiterou ainda que o fundamental é que na Faculdade de Direito de Lisboa se deve viver livre de medos.

5- Gestão de recursos humanos não docentes

A Dra. Heloísa Oliveira referiu que desde a apresentação do Despacho nº5/2016, relativo à realocação de funcionários, saíram duas funcionárias: Dra. Sofia Duarte (Ponto 6 do Despacho); Dra. Valentina Oliveira (Ponto 7 do Despacho). Ambas saíram da Faculdade para exercer outras atividades, questionando as razões que levaram estas funcionárias a sair e quem exerce as funções que desempenhavam, nomeadamente as desempenhadas pela Dra. Valentina Oliveira junto do Conselho Pedagógico.

A Diretora Executiva sublinhou que a Dra. Valentina Oliveira saiu há mais de um mês, mas que a Dra. Sofia Duarte saiu apenas há uma semana. Esclareceu também que relativamente à Dra. Sofia Duarte, o procedimento concursal pelo qual entrou na Faculdade, tinha vários problemas, nomeadamente a não designação de avaliador no período experimental, o que levantava o problema de saber como e quem iria avaliar esse período experimental.

Relativamente às funções que a Dra. Valentina Oliveira desempenhava junto do Conselho Pedagógico, este Órgão solicitou uma série de dados à Direção, que foram todos transmitidos, pelo que desconhece a falta que a Dra. Valentina Oliveira faz no Conselho Pedagógico.

A Dra. Heloísa Oliveira reafirma que as questões não foram respondidas, tendo a Diretora Executiva esclarecido que, quanto à saída das funcionárias, saíram porque quiseram.

O Presidente da Associação Académica questionou se a Direção iria proceder à abertura de procedimentos concursais para a entrada de novos funcionários para a Divisão Académica e para a Biblioteca, perguntando também como estava a correr o processo de aumento das instalações da Biblioteca.

O Diretor informou que, tal como dito anteriormente, assim que as contas forem aprovadas, os concursos irão ser abertos a muito curto prazo, sendo que dentro de dois meses se iniciarão os concursos. O Diretor evidenciou o empenho tido para obter as autorizações necessárias para as obras de ampliação da Biblioteca. Referiu ainda, relativamente à saída das duas funcionárias referidas pela Dra. Heloísa Oliveira, que saíram outros funcionários e que estão para sair mais. Informou que foram feitas as adaptações necessárias de funcionários para as funções que ficaram vagas. O Diretor afirmou ainda que pretendia contratar através das listas de mobilidade, contudo dos poucos que constam das listas, os mesmos mostram-se indisponíveis.

O Professor Doutor José Luís Ramos demonstrou a sua preocupação em relação a outras situações de funcionários que também saíram, nomeadamente da Informática o Sr. Hélder Correia, que considera uma das mais preocupantes.

A Dra. Heloísa Oliveira congratulou-se pela abertura de concursos de pessoal não docente, constatando, no entanto, a falta de funcionários na área de prestação de serviços, uma área que deve ser considerada como essencial na nossa Faculdade, considerando que o Conselho de Escola deve insistir no investimento na prestação de serviços.

O Conselheiro Artur Teixeira saudou o Diretor e a Diretora Executiva e reafirmou a preocupação com a área de prestação de serviços, assim como com a realocização dos serviços, questionando se estão salvaguardados os serviços que têm aptidão para funcionar no Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios e no Gabinete de Consultoria Jurídica.

O Diretor afirmou que o Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios e o Gabinete de Consultoria Jurídica têm trabalho diminuto, mas que será contratado um funcionário para tal área, contudo a urgência não é tanta como em outras áreas. A Informática trata-se de uma área fulcral e de difícil contratação de candidatos nas listas de mobilidade da função pública.

6. Bolsas de investigação

A Dra. Heloísa Oliveira perguntou qual o estado dos bolseiros de investigação, se iria haver renovação ou não, se existem ou não novas bolsas para ser atribuídas.

O Diretor tomou a palavra e afirmou que o trabalho administrativo não tem cabimento na realidade dos bolseiros; está aqui em causa a finalidade das funções dos bolseiros. Porém, não se poderia acabar com todas as bolsas, havendo áreas onde são necessários. O Diretor deu a conhecer que está aberto um concurso para bolsa de investigação, e que, na primeira quinzena de abril haverá um bolseiro na área da investigação.

A Diretora Executiva chamou a atenção para o Estatuto dos Bolseiros da Universidade de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento de deveres de assiduidade.

A Dra. Heloísa Oliveira afirmou que os bolseiros não têm nenhum dever de assiduidade e que não devem ser criados deveres adicionais aos mesmos.

A Diretora Executiva reiterou que todos os bolseiros da UL cumprem estas mesmas

regras, constantes do Despacho do Senhor Diretor.

7. Publicitação dos despachos do Diretor

A Dra. Heloísa Oliveira demonstrou preocupação pela falta de publicação dos despachos do Diretor, estando em falta alguns no *site* da Faculdade, o que dificulta a análise de problemas existentes na Faculdade. O *site* padece de informação, apelando assim para a publicidade dos despachos que são emitidos pelo Diretor.

O Subdiretor afirmou não perceber o alcance da intervenção da Dra. Heloísa Oliveira, visto que os despachos que se relacionam com a Faculdade são devidamente publicados, com exceção dos que não são normativos e os que são específicos ou os que têm a ver com casos particulares, que são notificados aos envolvidos em cada caso.

9. Futurália

A Diretora Executiva informou que, nos dias dezasseis a dezanove de março, se realizou na FIL a Futurália. A presença da Faculdade de Direito na Futurália teve o apoio da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, saudando o esforço conjunto de docentes, bolseiros, funcionários e estudantes (membros da Associação Académica), que se deve repetir no futuro, na divulgação das ofertas formativas da Faculdade de Direito de Lisboa. Houve assim um resultado positivo, com muitos jovens interessados em ingressar na nossa Faculdade.

O Diretor apelou para a importante tarefa de divulgação e dinamização de cursos, nomeadamente o curso de Direito. Deu a conhecer a oferta que a Faculdade tem ao seu dispor, exemplificando com os Mestrados, o que deveria passar primeiro por divulgação a nível interno.

O Presidente da Associação Académica evidenciou que deveria haver melhorias em alguns pontos na coordenação entre a Direção da Faculdade e a Associação Académica. Falou ainda na necessidade de apostar mais no *marketing* e publicidade por parte da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo disponibilizado a AAFDL para todo o apoio que fosse necessário.

O Diretor congratulou ainda a Faculdade, pela divulgação no jornal Público.

O Professor Doutor José Luís Ramos afirmou a necessidade de dinamização no *marketing* e imagem da Faculdade no futuro, que deveria haver mais investimento nestas áreas para projetar a Faculdade de Direito de Lisboa para o exterior.

O conselheiro Artur Teixeira evidenciou a preocupação pela preferência dos jovens pela Universidade Nova de Lisboa e até pela Universidade Católica, em detrimento da Faculdade de Direito de Lisboa. Contudo, afirmou que a visita à Futurália por parte de muitos jovens fez mudar a opinião que estes tinham sobre a Faculdade de Direito de Lisboa.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva informou que na última reunião do Conselho Científico foi referida a divulgação da Faculdade e reafirmou a necessidade de encontrar meios adequados para maior publicidade da Faculdade, de modo a dar outra imagem ao exterior. Lançou ainda o repto para criar meios de divulgação mais eficazes: 5 razões para escolher a FDUL.

O conselheiro Artur Teixeira falou sobre a importância do projeto dos embaixadores da Associação Académica e que o mesmo deveria ser potencializado e com o apoio da Direção da Faculdade.

O conselheiro Amadú Dafé afirmou que a Faculdade de Direito de Lisboa tem recebido vários mestrandos angolanos, guineenses e moçambicanos através de programas de bolsas, sendo que alguns, por escolha própria vão para a Universidade Lusófona, que oferece vantagens que a nossa Faculdade não oferece. Afirmou a importância da divulgação da oferta da Faculdade de Direito de Lisboa e de se encontrarem soluções viáveis e adequadas, de modo a atrair mais mestrandos dos países PALOP.

A Diretora Executiva informou que a Universidade Lusófona tem Faculdades nos países lusófonos, o que contribui para que os alunos a escolham.

A Professora Doutora Sílvia Alves afirmou que o Conselho de Escola se deveria pronunciar sobre este assunto e fazer uma recomendação à Direção.

10. Taxas e Propinas

O Diretor afirmou que se discutiu em sede de Conselho Académico a questão da devolução do remanescente da taxa paga pelos estudantes para mudança de disciplinas optativas fora do prazo estabelecido e apresentou as suas dúvidas quanto à devolução do remanescente da taxa pois as datas para a mudança de disciplinas optativas estavam fixadas, tratando-se de um problema de legalidade. Contudo, o Professor Doutor Pedro Romano Martinez afirmou que, se houver uma deliberação do Conselho de Escola favorável à devolução do remanescente da quantia de taxa paga para mudança de optativa de um de janeiro a dois de fevereiro de dois mil e dezasseis, a devolução irá ser

feita.

O Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício tomou a palavra e afirmou que, de facto, é difícil aceitar esta devolução e chamou a atenção para a boa vontade da Direção de apoiar os estudantes que se encontravam na situação descrita.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva reiterou as palavras do Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício e saudou a coordenação e flexibilidade por parte dos estudantes e da Direção.

O conselheiro Artur Teixeira louvou a flexibilidade e abertura da Direção quanto às preocupações evidenciadas pelos alunos.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva pôs a votação a deliberação de devolução do remanescente da taxa, considerando questões de justiça material e expectativas criadas, sendo a mesma aprovada por unanimidade e com voto de aclamação.

11. Provedor do estudante

O Diretor apresentou a figura do Provedor do Estudante, discutida na última reunião do Conselho Académico, que serviria de elo de ligação entre os estudantes e a Direção. A criação desta figura seria um meio de facilitação de contacto ao dispor dos estudantes, de modo a esclarecer dúvidas e explicar procedimentos. O Provedor irá ser o Dr. João de Serras de Sousa, escolha essa que foi aprovada no Conselho Académico.

O conselheiro Artur Teixeira questionou se haveria algum contacto como *e-mail* ou contacto telefónico de modo a entrar em contacto com o Provedor do Estudante.

O Diretor respondeu que está quase pronto o espaço que foi criado na Intranet e que o mesmo serviria como via de contacto.

O Subdiretor informou que o Gabinete de Apoio ao Estudante vai mudar de instalações e que a sala que agora ocupa poderia ser destinada ao Provedor do Estudante.

O Presidente da Associação louvou a criação desta figura, que seria uma boa forma de aproximação dos estudantes à própria Faculdade e à Direção. Demonstrou a importância do Provedor do Estudante e que deveria ser salvaguardada esta figura na revisão estatutária que se irá realizar.

O Professor Doutor José Luís Ramos saudou a iniciativa da Direção e concordou com a inclusão da figura na próxima revisão estatutária. Mais questionou a Direção se haverá algum *feedback* sobre as questões levantadas para diretamente se contactar os serviços

e a Direção para algumas ineficiências. Sugeriu que houvesse uma sensibilização dos serviços para que exista um maior entrosamento entre estudantes e Direção.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva concluiu que se podia fazer uma recomendação do Órgão quanto ao Provedor do Estudante, assim como a criação de um regulamento interno. O Professor pôs esta recomendação à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade.

12. Outros assuntos

O conselheiro Artur Teixeira pediu a inclusão, na ordem de trabalhos para a próxima reunião ordinária, de um ponto para início do procedimento de revisão estatutária.

A Dra. Heloísa Oliveira pediu a inclusão do Plano Estratégico na ordem trabalhos para a próxima reunião.

O Presidente deu a reunião por encerrada às dezanove horas e cinquenta e seis minutos.

O Presidente do Conselho de Escola



(Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)

Os Secretários do Conselho de Escola



(Diogo Fernandes)



(Lic. Rosa Guerreiro)